

História, Memória e os desafios da produção de sentido ou o ofício do historiador e a relevância da Teoria da História

Kamilly Barros de Abreu Silva⁶¹

Parto da defesa da necessidade de recuperar a noção da importância da assunção de um compromisso político por parte do historiador. Um compromisso que não seja político-partidário, mas político em seu sentido mais amplo: é preciso assumir responsabilidades. Responsabilidade pelo que se fala e pelo que se omite. A questão “para que serve a história?” precisa ser resgatada e colocada no cerne do debate historiográfico. Refletir sobre o fazer historiográfico e a escrita da história é a tarefa que considero mais importante em nosso ofício. A preocupação expressa com os fundamentos da escrita histórica, supondo-os elemento central para pensar o conhecimento produzido e suas consequências, é dever fundamental do historiador e submete sua prática a um comprometimento ético-político.

Creio que quando se relaciona história e memória, assumir um posicionamento político torna-se ainda mais relevante. Desnudar o lugar desta escrita que envolve elementos tão poderosos é expor suas fragilidades, suas possibilidades de fraudar, enganar, confirmar, revelar, produzir memórias falsas, resgatar memórias submersas. Refazer seu percurso impõe-se como condição para devolver à história sua capacidade crítica como conhecimento. É preciso que a própria escrita da história se submeta ao rigor do exame crítico. Ela não deve ser encarada apenas como a forma que reveste um conteúdo, mas como parte do esforço poético de produção de sentido, constitutivo do próprio ofício do historiador. Trata-se de assumir a escrita como uma operação, que aciona procedimentos e procede a escolhas, pondo em disputa visões e significações para o passado. Reconhecer as tensões entre memória e história é fundamental para a historicização da prática de nosso ofício. Refletir sobre a memória e sobre as diversas formas com que se relacionou à história, torna-se forma de auto-refletir sobre a própria história.

As relações construídas entre história e memória podem revelar muito do que a história pensa de si mesma. É preciso remexer na história da história para expor as diversas formas como se dão estas relações e, a partir daí, descartar as inúteis, resgatar as que se mantêm como legítimas ou ainda, a partir delas, criar outras.

Manoel Luiz Salgado Magalhães, em artigo intitulado *A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar*, publicado em 2003, discorre sobre as intrincadas relações tecidas entre memória e história presentes no momento de afirmação da disciplina numa disputa por se constituir em saber específico e particular e não apenas o conhecimento propedêutico que marcara até o século XIX seu lugar no cenário europeu.

O nascimento da história como disciplina não pode ser dissociado de um projeto político em gestação, quando paralelamente à definição de métodos para a pesquisa histórica espera-se obter um sentido de orientação para o futuro, dando ao trabalho do historiador um papel central. História e memória estão articuladas estreitamente no processo de invenção das nações modernas. Da associação entre interesses nacionais e projeto científico nasceu uma poderosa cultura histórica, ainda a nos marcar coletivamente, e que viria afirmar e garantir a centralidade da história no processo de definição de sentidos. A integração do passado a partir de categorias como as de desenvolvimento e progresso poderia assegurar ao presente um sentido e um ponto de ancoragem, indicando os caminhos para o futuro. Esta cultura histórica atrela inevitavelmente passado, presente e futuro, remetendo-nos para o passado como lugar de definição de um sentido original, razão explicativa da própria existência do presente.

A omissão ou descaso em relação aos pressupostos que viabilizam a escrita histórica parece supor a crença numa “história em si”, auto-evidente para os praticantes do ofício. Narrá-la decorreria da existência do passado como dado positivo, composto de fatos comprováveis e capazes de legitimar como verídicas as narrativas construídas a partir dele, num esforço de apresentá-la como narrativa fiel

⁶¹ Profa. do Depto. de História do Campus de Catalão/UFG, Mestre em História pela UFG.

dos eventos passados, elidindo deste ato qualquer suposto de estar operando uma representação ou mesmo uma invenção.

Esta crença numa história que se confunde com o relato dos eventos passados, assegurando uma dose de naturalidade à tarefa de dar sentido às ações humanas, fez com que esse passado viesse habitar espaços preservados do exercício da crítica, construindo o que Guimarães chama de “memória disciplinar”.

A tarefa de desnaturalizar este olhar e questionar as condições de visibilidade que tornam o passado origem natural do presente exige um grande esforço, pois implica em repensar os traços narcísicos que marcaram a constituição da disciplina e quebrar o espelho que parecia refletir um passado clara e objetivamente localizável a partir de um jogo de reflexos e projeções do presente. O esforço é ainda maior em virtude da associação história/identidade, sempre presente no exercício do ofício de historiador, num procedimento em que muitas vezes essas identidades foram naturalizadas e a história serviu como respaldo e legitimação para encontrar em tempos remotos as “provas” necessárias que sustentariam uma memória acerca de identidades de construção recente. Identidades que pareciam encontrar através da história seu porto seguro e sua plena justificação, encobrindo seu penoso processo de invenção, que como parte da experiência humana só pode ter história. Reafirmar este ego do presente, que se perderia em tempos imemoriais do passado, foi certamente uma das tarefas políticas centrais da história disciplinar. Aprendemos com a história a construir identidades pelo viés da semelhança, reencontrando-nos sempre ao longo do passado visitado.

Espaço de experiência e horizonte de expectativa, para usar as imagens de Koselleck, articulam-se na constituição da cultura história oitocentista, inaugurando uma forma de conceber o passado que curiosamente parece encobrir os mecanismos desta imaginação produtiva que o tornou ao mesmo tempo objeto de paixão e conhecimento para as sociedades do dezenove. Como parte de uma “mudança civilizadora”, a história concebida como atitude de encadeamento sistemático dos eventos passados e presentes, viabiliza ao presente um significado para um passado não vivido, desconhecido e por isto ameaçador em sua diferença e intangibilidade. Ao constituir o passado como projeção do presente e desejo de futuro, a história é capaz de disciplinar este passado segundo os sentidos importantes para o presente em construção, conjurando incertezas e dúvidas próprias de um mundo vivendo em meio a um turbilhão de mudanças. Um novo espaço de experiência irá viabilizar uma percepção diversa do passado, não mais como modelo, cópia a ser imitada, mas como explicação da vida presente. “Domesticar e disciplinar como sinônimos de civilizar, com esta marca nasce nosso moderno sentido de história presente em sua forma disciplinar” (GUIMARÃES, 2003, p. 18). A história, como narrativa coerente e interligada dos eventos passados, poderia fornecer uma chave explicativa para o conjunto de transformações, marcando-lhes um sentido, já que faltavam elementos de comparação para este conjunto de experiências vivenciadas como ímpares. As incertezas do novo são domesticadas pelas certezas fornecidas pela história, agora capaz de significar de uma maneira positiva as experiências não vividas, principalmente pela afirmação do progresso como sentido maior da história dos homens, capaz de positivar as transformações no sentido de fazê-las desejáveis. Frente aos desafios postos pela aventura da modernidade, colocam-se as pretensas certezas da história asseguradas pelo seu aparato disciplinar.

Esta produção de sentido engendrada pela história, que naturaliza seus procedimentos e práticas e a própria relação com o tempo, pôde manter-se enquanto conseguiu fornecer respostas para um mundo em que a dúvida e a incerteza não podiam ser toleradas, em que era preciso domar um campo de experiência arredo para construir, no presente, um horizonte de expectativas minimamente controlável.

A partir do século XX, especialmente com a eclosão das guerras mundiais, as bases civilizatórias e premissas culturais que conferiam ao pensamento histórico sua peculiar configuração não podem mais sustentar-se. As experiências dominantes são críticas e traumáticas (RÜSEN, 2001); precisam ser desenvolvidos novos modos de criação de sentido histórico para enfrentar o caráter catastrófico deste novo tempo. A medida das vivências e seu questionamento constituem a ausência de medida que se tornou possível. A história é forçada a abrir espaço, no contexto constitutivo de seu pensamento, para o contra-senso como qualidade vivenciada, para a não narratividade de vivências

traumáticas, para o trabalho com buracos negros que arrastam os fatos investigados para a rede de suas significações históricas. É preciso considerar a ausência de sentido das experiências, considerar a possibilidade do pensamento histórico não eliminar a falta de sentido, mas suportá-la e esforçar-se por se orientar em critérios de sentido. Visto que a memória sempre se manteve como fonte de sentido, é preciso ativá-la de forma renovada para dar conta de um mundo que não só coloca em xeque as estratégias existentes até então, mas as questiona de forma radical. Na tentativa de se estabelecer uma ligação com o passado que assume necessariamente um novo caráter, de se reatar um elo com ele, surge uma nova cultura da memória.

Os inomináveis crimes possíveis em nosso tempo exigem mudanças no nível das categorias do pensamento histórico. Seguindo com Rüsen, penso que lembrar e narrar não podem ser simplesmente pressupostos como base antropológica do trabalho com a história, mas precisam ser repensados de forma meta-histórica; precisam ser reconhecidos como base também pelo trabalho historiográfico profissionalmente organizado. A oposição memória/história como prática cognitiva da pesquisa histórica deve ser abandonada e substituída pelo reconhecimento de uma complexa relação de constituição e condicionamento recíprocos. Lembrança constitui história. Sem as fontes de sentido da lembrança e suas práticas narrativas simbólica e linguisticamente articuladas, os procedimentos teóricos e metodológicos do pensamento histórico ficariam sem base. Eles não estariam enraizados na vida, não teriam fontes de inspiração para questionamentos e interpretações e lhes faltariam ferramentas configuradoras de uma perspectiva histórica. A história, de sua parte, como campo do pensamento metodológico, pode influenciar a lembrança e, no mínimo, assume frente a ela uma função crítica que possibilita uma experiência de controle metodológico. É preciso recorrer a uma forma aberta da interpretação e da representação históricas, isto é, a admissão de que as perspectivas de interpretação utilizadas e as formas de representação dos resultados da pesquisa não conseguem dar conta dos fatos abordados, apontando para uma ruptura insanável na relação entre passado, presente e futuro.

Penso que uma atitude ético-política responsável exige que a história proceda criticamente, mas também que sustente uma postura crítica que não diminua ou anule a memória, apenas que tenha consciência de suas fronteiras. Uma postura que possa extrair o máximo das duas forças produtoras de sentido, com o intuito de situar o homem em sua angústia, oferecendo possibilidade de transformação, esperança no futuro. À luz desta responsabilidade, a historiografia é forçada a repensar sua frágil independência com relação à memória (mais especificamente com relação a uma *política da memória*). Não existe uma história neutra; nela a memória, enquanto uma categoria abertamente mais afetiva de relacionamento com o passado, intervém e determina em boa parte os seus caminhos. Refletir sobre as relações entre memória e história, a partir desta perspectiva, é tomar consciência deste suporte que a memória oferece, buscando balizar problemáticas que a historicizem sem anulá-la. Acredito que este movimento pode contribuir para uma auto-reflexão ainda mais profunda da história.

Bibliografia

- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *História Cultural: Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 9-24.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- KOSELLECK, Reinhart. “Espacio de experiencia” y “horizonte de expectativa”. Dos categorías históricas. In: *Futuro pasado: Para una semántica de los tiempos históricos*. 1. ed. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1993.
- LIMA, Luiz Costa. *A agarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. In: *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.
- RICOEUR, Paul. *História e Memória: A escritura da história e a representação do passado*. In *folio*.
- RÜSEN, Jörn. Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, v. 2, n.1, p. 9-22, dez. 2001.

SORGENTINI, Hernán. Reflexión sobre la memória y autorreflexión de la historia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 103-128, 2003.